



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA**, Estado do Paraná, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.725.024/0001-14, com sede na Avenida Voluntários da Pátria, 1600, Centro, nesta cidade, através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM SRP (Sistema Registro de Preço)**, em conformidade com a autorização do Sr. Prefeito Municipal, Edson dos Santos, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis e complementares vigente e pertinente à matéria por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, no endereço eletrônico: <https://bll.org.br>, tendo por objeto a aquisição descrita no Anexo I – Termo de Referência do presente Edital.

1.2. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações, em meio magnético, mediante entrega de um Pen drive, de segunda a sexta feira, no horário de 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. É necessário que ao fazer o download do edital, seja informado o Setor de Licitações, via e-mail licitacoes@ramilandia.pr.gov.br, ou no link www.bll.org.br, “Acesso Identificado”, ou via telefone – (45) 3258-8000, a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias.

1.3. O Setor de Licitações não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (45) 3258-8000 E (45) 3258 8015 (WhatsApp).

1.4. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL –BLL**.

1.5. Os licitantes deverão acessar diariamente o site acima indicado a fim de tomar ciência acerca de comunicados com referência a eventuais alterações

1.6. A licitação será conduzida pela pregoeira **ANGELICA APARECIDA BATISTA TROIS**, designada pela Portaria nº 5060/2026, de 05 de janeiro de 2026.

1.7. A equipe de apoio é constituída pelos servidores: **SANDRO BUENO CONTE** e **AMANDA BRAGA DE ALENCAR**.

2. DO OBJETO



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

2.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E COLARINHOS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA.

2.2. A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4. Será utilizado o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

2.5. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as **09h00min** do dia **06 de julho de 2026**.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às **09h30min** do dia **06 de julho de 2026**, horário de Brasília –DF.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF).

LOCAL: Bolsa de Licitações do Brasil –BLL www.bll.org.br, “Acesso Identificado”

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

3. PREÇO

3.1. O valor global máximo admitido para esta licitação é de **R\$ 1.230.386,03 (Um milhão duzentos e trinta mil trezentos e oitenta e seis reais e três centavos)**.

3.2. Os preços serão fixos e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação onerarão os seguintes recursos orçamentários:

02.00 – Governo Municipal

02.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0001.2.002 – Manutenção das Ativ. Do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

03.00 – Secretaria de Administração

03.01 – Administração Geral do Município

04.122.0001.2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Desenvolvimento Agropecuário

20.606.0001.2.010 – Manutenção das Atividades do Gab. Da Secretaria

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

33.3.90.30.00 – Material de Consumo

20.606.0004.2.099 – PPA Programa Patrulha Agrícola

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

33.3.90.30.00 – Material de Consumo

06.00 – Secretaria de Educação

06.02 – Departamento de Ensino Fundamental

12.122.0001.2.100 – Manutenção da Secretaria de Educação

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

12.361.0001.2019 – Manutenção do Transporte Escolar Municipal

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de recursos – 104 – Educação 25% Sobre Impostos

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de recursos – 117 – MDE Pnate

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de recursos – 120 – Pnate Estadual

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

07.00 – Secretaria de Habitação e Urbanismo

07.01 – Departamento de Serviços Urbanos

15.451.0001.2.026 – Manutenção das Ativ. Do Gab. Da Secretaria

Fonte de Recursos – 000 Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.00 – Secretaria de Saúde

08.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0001.2.028 – Manut. das Ações do Fundo Mun. de Saúde

Fonte de Recursos – 303 – Saúde Receitas Vinculadas

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

10.301.0001.2.029 – Manut. das Ações do Fundo Mun. de Saúde

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

09.00 – Secretaria de Obras e Viação

09.01 – Serviço Rodoviário Municipal

26.782.0001.2.038 – Serviço Rodoviário Municipal

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

Fonte de Recursos – 504 – Outros Royalties e Compensação Financeira
3.3.90.30.00 – Material de Consumo

10.00 – Secretaria de Ação Social
10.01 – Departamento de Ação Social
08.243.0016.003 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
08.244.0001.2.041 – Manutenção dos Serviços de Ação Social

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo

14.00 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
14.01 – Departamento de Cultura e Patrimônio Cultural
13.392.0001.2.131 – Manutenção das Atividades da Sec. De Cultura

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo

OBS: Conforme instrução normativa da RFB 1234/2012 e DECRETO Municipal Nº 3756/2023 publicado No Diário Oficial do Município 28/08/2023, é obrigatório retenção de Imposto de Renda, conforme tabelas. As Empresas optantes pelo Simples Nacional, isentas, deverão preencher o ANEXO IV e enviar a prefeitura. Demais situações de isenção, verificar no Decreto o anexo que se enquadrem e encaminhar para a Prefeitura – Setor Contabilidade.

Também deverão indicar, em suas notas fiscais, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”, em conformidade com o disposto no artigo 59, §4º, inciso II, da Resolução CGSN nº 140/2018, sob pena de sofrer retenção de ofício.

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto a BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL –BLL;

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

6.4. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente na licitação:

6.4.1. Servidor, dirigente do órgão ou responsável pela licitação que tenha participação direta ou indireta com a licitante. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

6.4.2. Quem estiver sobre processo de falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que estejam cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

6.4.3. No caso de empresa em recuperação judicial, ressalva-se a possibilidade da participação desde que apresente certidão emitida pela instância judicial competente, a qual certificará que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

6.4.4. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 14.133/21;

6.4.5. Servidor integrante do quadro funcional do Município de Ramilândia/Pr, seja como sócio, cotista ou dirigente, ou ainda, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do Município de Ramilândia/Pr, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança.

6.5. Quaisquer dúvidas em relação ao acesso no sistema operacional poderão ser esclarecidas através da **BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL –BLL**.

6.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL –BLL**.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela **BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL –BLL**;

c) O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a **BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL –BLL**, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado a título de custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos da Lei



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

14.133/21, e em conformidade com o regulamento operacional da BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL –BLL.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta de menor preço por item;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

8.1. Credenciamento no sistema licitações da BLL COMPRAS (Bolsa de Licitações do Brasil):

8.1.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil ou pela própria Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular/assistir lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br;

8.1.2. A participação do licitante no Pregão Eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo ou diretamente pela BLL COMPRAS (Bolsa de Licitações do Brasil), que deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

8.1.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

8.1.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil;

8.1.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL COMPRAS (Bolsa de Licitações do Brasil) a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

8.1.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9. DA PARTICIPAÇÃO:

9.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado, e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos, desde que estejam com Credenciamento regular no PORTAL BLL COMPRAS.

9.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

9.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá manter a identificação desse enquadramento para fins de utilização do tratamento favorecido na Lei complementar nº 123 de 2006, sendo que a assinalação do campo “não” a impedirá o prosseguimento no certame, para os itens exclusivos ME/EPP bem como não terá direito ao tratamento favorecido, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da BLL COMPRAS (Bolsa de Licitações do Brasil) informados no site www.bll.org.br ou pelo telefone (41) 3097-4600 - Central de Atendimento em Curitiba.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

9.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

9.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. O impedimento de que trata o subitem 9.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

9.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 9.5.2 e 9.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

9.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.9. O disposto nos itens 9.5.2 e 9.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

9.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.11. A vedação de que trata o item 9.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

10. DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Em observância ao tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, os itens **01 a 55** serão destinados à participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, enquanto os itens 56 ao 75 serão destinados à ampla concorrência, podendo participar todas as empresas que atendam às exigências previstas neste Edital e seus anexos.

10.2. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas e regularmente estabelecidas no País que:

10.2.1. exerçam atividade econômica pertinente e compatível com o objeto desta contratação;

10.2.2. atendam às exigências constantes deste Edital, Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório;

10.2.3. estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame, quando aplicável;

10.2.4. comprovem o atendimento dos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidos neste Edital.

10.3. Não poderão participar desta licitação:



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

10.3.1. pessoa física;

10.3.2. empresas reunidas em consórcio, considerando a natureza comum do objeto e a ausência de complexidade técnica que justifique a formação consorcial, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021;

10.3.3. empresas que se encontrem impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;

10.3.4. empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

10.3.5. empresas que tenham sido sancionadas com suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o Município de Ramilândia, durante o prazo da penalidade;

10.3.6. empresas em processo de falência, dissolução ou liquidação, ressalvada a hipótese de apresentação de plano de recuperação judicial homologado judicialmente e apto a demonstrar a viabilidade econômica da empresa, quando admitido pela legislação e jurisprudência aplicáveis;

10.3.7. empresas que mantenham vínculo com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

10.3.8. empresas que se enquadrem em quaisquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.2. O envio da proposta, (acompanhada dos documentos de habilitação, quando exigidos no sistema), ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

11.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

11.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

11.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

11.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. A proposta eletrônica deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do site <https://www.bll.org.br/>, a partir da liberação do edital, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

12.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES dos produtos ofertados, inclusive marca, modelo, fabricante, índice de carga, índice de velocidade, certificação INMETRO e demais especificações técnicas constantes do Termo de Referência. A ausência de informação suficiente para análise da conformidade poderá implicar desclassificação da proposta.

12.3. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO I.

12.4. O licitante deverá dar oferta de forma clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

12.5. As propostas **NÃO** podem conter qualquer identificação do licitante proponente (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

12.6. A apresentação de proposta na licitação será considerada como evidencia de que a proponente:

- a) Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e obteve todas as informações necessárias para a sua formulação.
- b) Considerou que os elementos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente condizente com o objeto licitado.
- c) Sendo vencedor da licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos objetos em todas as fases.

12.7. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total por item;
- b) Marca (se for o caso);



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

c) Modelo (se for o caso);

NOTA IMPORTANTE: é vedada a identificação dos proponentes licitantes, em qualquer hipótese, antes do término da fase de lances competitiva do pregão, sob pena de desclassificação.

Obs.: Caso o campo “Marca” possa identificar a Proposta, por tratar-se de obras/serviços, este campo pode ser preenchido com informações tais como: “própria”, “a definir” ou “não se aplica”, para que a proponente não seja desclassificada.

12.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.11. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.13.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.13.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

12.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato..

13. DA ABERTURA DE SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando A PREGOEIRA a avaliar a aceitabilidade das propostas.

13.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os outros requisitos estabelecidos no edital.

13.3. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

13.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

13.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

13.6. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.7. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

13.8. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.9. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.10. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

13.11. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.12. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário**.

13.13. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.14. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.15. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

13.16. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.17. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo disputa “aberto” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.17.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.17.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

13.17.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

13.17.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

13.17.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

13.18. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

13.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

13.24.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.24.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.24.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.24.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

13.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13.25.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 02 (duas) horas, contadas exclusivamente em horário de expediente útil da Administração Pública Municipal**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.25.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

PROPOSTA AJUSTADA

13.27. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas, contadas exclusivamente em horário de expediente útil da Administração Pública Municipal**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A documentação deverá ser anexada na plataforma BLL em “Documentos Complementares – Pós Disputa”.

13.28. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.29. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e na aplicação de eventual sanção, se for o caso.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

- 13.30.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Licitante.
- 13.31.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos limitada a **02 (duas) casas após a vírgula** e o valor global em algarismos e por extenso.
- 13.32.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 13.33.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 13.34.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 13.35.** Após a negociação do preço e envio dos documentos complementares se for o caso, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 13.36.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. FASE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- c) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>).

14.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público.

14.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

14.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.6.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.6.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

14.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15. FASE DE HABILITAÇÃO

15.1. Os critérios de habilitação e todas as suas especificações estão contidas no Anexo VII, deste Edital.

16. ESCLARECIMENTOS



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

16.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

16.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

16.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro informará o horário que a Plataforma será liberada para receber a intenção de recorrer. A Plataforma, a partir do horário informado pelo Pregoeiro, ficará aberta no mínimo por 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual ou quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema (manifestação de recurso).

17.3. Na data e horário estipulados para a manifestação de recursos, a Pregoeira abrirá prazo de até 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

17.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

17.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico (no campo "Interp. Recursos"), contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

17.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.8. O prazo para apresentação de contrarrazões, pelo sistema eletrônico (no campo “Contrarrazão”), ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

18.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar a ata de registro de preços, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada no Departamento de Compras e Licitações.

19. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

19.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; (quando for o caso)
- d) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; (quando for o caso).

19.1.3. Não celebrar a ata ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

19.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.6. Fraudar a licitação;

19.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida
- b) As peculiaridades do caso concreto
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ata ou contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1. Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor da ata ou contrato licitado.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

19.4.2. Para as infrações previstas nos itens 19.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor da ata ou contrato licitado.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4 a 19.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1 a 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

19.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

19.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

20.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

20.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

20.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

20.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

20.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Anexo I do edital e Minutas de contrato ou ata de registro, quando for o caso.

22. DO CONTRATO

22.1. O licitante vencedor estará obrigado a celebrar os contratos/atas de registro de preços que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos Anexos.

22.2. A execução do Contrato/ atas de registro de preços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como representante da Contratante, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato/ atas de registro de preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais de fornecimento, para fins de pagamento.

22.3. Como condição para celebração do Contrato/ atas de registro de preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

22.4. Na hipótese de o licitante vencedor não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, a Administração convocará a



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

segunda licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecido ao disposto na legislação vigente.

22.5. O presente Edital, seus Anexos, farão parte integrante do Contrato/ atas de registro de preços (Anexo IV) a ser firmado, independentemente de transcrição.

22.6. No interesse da Administração, as quantidades poderão ser aumentadas e suprimidas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato/ atas de registro de preços, conforme previsão do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

22.7. Qualquer alteração que implique aumento ou supressão do valor inicial do contrato/ atas de registro de preços observará as normas contidas no art. 125 da Lei nº 14.133/21, especialmente a previsão do § 6º do referido artigo que trata do equilíbrio econômico-financeiro inicial pela Administração quando esta alterar unilateralmente a atas de registro de preços.

22.8. Havendo necessidade de revisão contratual por eventos imprevisíveis, caso fortuito ou força maior, com vistas a estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro das atas de registro de preços, após a devida comprovação pelo interessado, a revisão poderá ser feita mediante aditamento contratual.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

23.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

23.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço: www.bll.org.br

23.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

24.1. Licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) prática corrupta":** significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
- b) "prática fraudulenta":** significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- c) "prática colusiva":** significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- d) "prática coercitiva":** significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- e) "prática obstrutiva":** (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de atas de registro de preços financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de atas de registro de preços financiado pelo organismo.

24.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de atas de registro de preços vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução das atas de registro de preços e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da atas de registro de preços.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

25.1. O Município se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente.

25.1.1. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

25.2. O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando, respectivamente, não acudirem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto.

25.3. Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores/empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações ou reivindicações por parte das proponentes.

25.4. Caso as datas previstas para a realização de sessões na presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, serão realizadas no primeiro dia útil subsequente.

25.5. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5.1. A Pregoeira poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

25.6. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

25.8. O reconhecimento de firma, inclusive reconhecimento de firma digital, somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

25.9. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

25.10. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pela Pregoeira, ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

25.11. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

25.12. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

25.13. O resultado deste certame e os demais atos pertinentes a esta licitação sujeitos a publicação serão divulgados no Diário oficial do Município de Ramilândia.

25.14. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

25.15. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Matelândia para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

26. LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS

26.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III - Minuta do Contrato;

ANEXO IV - Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO V - Modelo de Declaração de enquadramento de Microempresa (ME), ou empresa de pequeno porte (EPP);

Anexo VI - Declaração contendo informações para fins de assinatura da ata de registro de preços/contrato;

ANEXO VII - Documentos necessários para a habilitação

Ramilândia/Pr, 18 de junho de 2026

EDSON DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

ANEXO I – PREGÃO 34/2026 TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para contratação de empresa para aquisição de pneus, câmara de ar e colarinhos dos veículos e maquinas da frota municipal de Ramilândia.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. 2.1. Devido ao uso recorrente dos veículos da frota municipal, a realização de processo licitatório para registro de preços para futura e eventual aquisição do objeto se justifica em razão do interesse público na manutenção adequada dos veículos pertencentes à frota oficial desta Administração Pública Municipal, visando garantir a segurança dos usuários dos transportes e o atendimento das necessidades da população.

A contratação em questão visa assegurar as condições adequadas de funcionamento dos veículos que atendem às atividades de logística, transporte e infraestrutura, tanto na zona urbana quanto rural do Município.

A continuidade desses serviços constitui elemento essencial da atuação administrativa, considerando que tais atividades são indispensáveis à população em geral.

Dessa forma, faz-se necessária a aquisição de pneus novos e demais itens correlatos, com procedência comprovada, que atendam às medidas recomendadas pelos fabricantes dos veículos e constantes em seus manuais, observando-se, obrigatoriamente, as normas técnicas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

2.2. A forma de julgamento será pelo menor preço por item.

2.3. Será utilizado o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 1.230.386,03 (Um milhão duzentos e trinta mil trezentos e oitenta e seis reais e três centavos)**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação deverá atender a requisitos técnicos, legais e de qualidade indispensáveis ao adequado fornecimento de pneus, câmaras de ar e colarinhos destinados à manutenção da frota municipal, garantindo segurança, desempenho e durabilidade dos itens fornecidos.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

4.2. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos pneus ou demais itens remoldados, recapados, recauchutados, reconicionados ou de qualquer forma recuperados. Deverão, obrigatoriamente, estar em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e com as recomendações dos fabricantes dos veículos e máquinas da frota municipal, especialmente no que se refere a medidas, índices de carga e velocidade e demais características técnicas constantes em seus manuais.

4.3. A contratada deverá assegurar que os itens fornecidos atendam às normas técnicas aplicáveis, em especial as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, bem como demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando pertinentes, garantindo padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos para o uso em veículos oficiais.

4.4. Os itens deverão apresentar condições adequadas de desempenho, resistência e durabilidade, compatíveis com as condições de uso urbano, rural e em vias não pavimentadas, considerando a natureza das atividades desempenhadas pela frota municipal. Deverão proporcionar segurança operacional, estabilidade e aderência, reduzindo riscos de acidentes e falhas mecânicas.

4.5. A execução da contratação deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Pública, mediante requisições formais, permitindo melhor gestão de estoque e eficiência na utilização dos recursos públicos.

4.6. Será exigida garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme padrão do fabricante, devendo a contratada proceder à substituição imediata dos itens que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidades, sem ônus para a Administração.

4.7. A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital, no contrato e na legislação vigente.

4.8. Por fim, deverão ser observadas práticas de sustentabilidade, especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com as diretrizes de logística reversa.

5. FORMA DE RECEBIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O fornecimento dos pneus, câmaras de ar e colarinhos será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, Ordem de Compra ou documento equivalente expedido pelo setor competente.

5.2. O prazo para entrega dos produtos será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da solicitação formal pela contratada.

5.3. Os produtos deverão ser entregues no local indicado pela Administração Municipal, durante o horário de expediente, ficando a contratada responsável por todas as despesas com transporte, frete,



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.4. Todos os pneus fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer tipo de remanufatura, recauchutagem, recapagem ou recondicionamento, devendo atender integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta apresentada.

5.5. Os pneus deverão possuir certificação compulsória do INMETRO, observando as normas técnicas vigentes, e apresentar data de fabricação não superior a 12 (doze) meses da data da entrega, comprovada por meio da gravação DOT ou identificação equivalente constante no produto.

5.6. As câmaras de ar e colarinhos deverão ser compatíveis com os respectivos pneus e aplicações indicadas pela Administração, devendo ser novos, sem uso anterior e em perfeitas condições de utilização.

5.7. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, por servidor designado ou fiscal do contrato, para verificação preliminar das quantidades, marcas, medidas, integridade das embalagens, condições aparentes dos produtos e demais requisitos de caráter administrativo.

5.8. O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação detalhada da conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, Edital, proposta da contratada e normas aplicáveis.

5.9. Serão verificadas, entre outras condições, a marca ofertada, medidas, índices de carga e velocidade, certificação do INMETRO, data de fabricação, ausência de defeitos aparentes, integridade estrutural e demais características exigidas para cada item.

5.10. Serão recusados, total ou parcialmente, os produtos que apresentarem desconformidade com as especificações exigidas, defeitos de fabricação, avarias decorrentes do transporte, indícios de uso, data de fabricação superior ao limite estabelecido, ausência de certificação obrigatória ou qualquer outra condição que comprometa sua qualidade, segurança ou utilização.

5.11. Na hipótese de recusa, a contratada deverá promover a substituição dos produtos rejeitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração, sem qualquer ônus adicional ao Município e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.12. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos produtos fornecidos, permanecendo responsável pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação e demais irregularidades constatadas durante o período de garantia, nos termos da legislação aplicável.

5.13. Considerando tratar-se de Sistema de Registro de Preços, a Administração não fica obrigada a adquirir os quantitativos estimados, constituindo-se mera expectativa de contratação para a futura e eventual demanda dos órgãos participantes.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor Unit.	Valor total
ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP					
1	PNEU 185/60R15 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 185/60R15, destinado a veículos de passeio, proporcionando estabilidade, conforto, dirigibilidade e aderência em piso seco e molhado. Produto com desgaste uniforme, baixo nível de ruído, índice de carga e velocidade compatíveis com a aplicação, não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	12	Unid.	351,75	4.221,00
2	PNEU 205/75R16 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 205/75R16, destinado a veículos utilitários, com construção reforçada, elevada resistência ao desgaste e impactos, proporcionando estabilidade e segurança operacional. Produto com índice de carga e velocidade compatíveis, não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	10	Unid.	491,22	4.912,20
3	PNEU 215/75R16 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 215/75R16, destinado a veículos utilitários e comerciais leves, com construção reforçada, proporcionando estabilidade, resistência térmica e desgaste uniforme. Produto com índice de carga e velocidade compatíveis com a aplicação, não sendo admitido pneu recapado, remoldado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	30	Unid.	431,35	12.940,50
4	PNEU 175/70R14 Pneu novo, radial, sem câmara, medida	34	Unid.	416,40	14.157,60



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	175/70R14, índice de carga mínimo 88T, destinado a veículos de passeio, proporcionando estabilidade, conforto e segurança em uso urbano e rodoviário, não sendo admitido pneu recapado, remoldado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.				
5	PNEU 185/65R14 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 185/65R14, destinado a veículos de passeio, proporcionando excelente aderência, estabilidade e desgaste uniforme, com índice de carga e velocidade compatíveis. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	40	Unid.	273,79	10.951,60
6	PNEU 185/65R15 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 185/65R15, índice de carga mínimo 88, destinado a veículos leves, proporcionando estabilidade, dirigibilidade, resistência ao desgaste e segurança em pista seca e molhada. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	30	Unid.	395,00	11.850,00
7	PNEU 185/75R13 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 185/75R13, índice de carga mínimo 88, destinado a veículos leves, proporcionando estabilidade, dirigibilidade, resistência ao desgaste e segurança em pista seca e molhada. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	12	Unid.	444,50	5.334,00
8	PNEU 205/75R16C Pneu novo, radial, sem câmara, medida 205/75R16C, destinado a veículos comerciais leves e utilitários, com construção reforçada para transporte de carga, com índice de carga e velocidade compatíveis. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria	30	Unid.	383,50	11.505,00



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.				
9	PNEU 185/55R15 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 185/55R15, destinado a veículos de passeio, proporcionando estabilidade, dirigibilidade e conforto em uso urbano e rodoviário. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	6	Unid.	435,67	2.614,02
10	PNEU 195/55R16 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 195/55R16, destinado a veículos leves, proporcionando estabilidade, conforto e excelente aderência em pista seca e molhada. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	16	Unid.	341,00	5.456,00
11	PNEU 195/65R15 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 195/65R15, destinado a veículos leves, proporcionando estabilidade, conforto e excelente aderência em pista seca e molhada. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	10	Unid.	628,54	6.285,40
12	PNEU 265/75R16 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 265/75R16, destinado a caminhonetes e utilitários, proporcionando elevada resistência, tração e desempenho em uso urbano, rodoviário e misto. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	12	Unid.	742,40	8.908,80
13	PNEU 215/50R17 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 215/50R17, destinado a veículos de passeio, proporcionando estabilidade, dirigibilidade e excelente desempenho em frenagem e curvas. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	6	Unid.	406,62	2.439,72



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

14	PNEU 205/70R15 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 205/70R15, índice de carga e velocidade mínimo 106R, destinado a veículos utilitários, proporcionando estabilidade, resistência ao desgaste e segurança operacional. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	10	Unid.	529,50	5.295,00
15	PNEU 235/75R15 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 235/75R15, destinado a utilitários e caminhonetes, proporcionando estabilidade, resistência e excelente desempenho em uso urbano e rodoviário. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	12	Unid.	592,75	7.113,00
16	PNEU 165/70R13 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 165/70R13, destinado a veículos de passeio, proporcionando economia de combustível, conforto, estabilidade e aderência em piso seco e molhado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	20	Unid.	277,77	5.555,40
17	PNEU 175/65R14 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 175/65R14, destinado a veículos de passeio, proporcionando conforto, estabilidade, baixo nível de ruído e excelente aderência em pista seca e molhada, com índice de carga e velocidade compatíveis. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	20	Unid.	306,62	6.132,40
18	PNEU 175/70R13 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 175/70R13, destinado a veículos de passeio, proporcionando estabilidade, conforto e segurança em uso urbano e rodoviário. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	6	Unid.	332,00	1.992,00



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

19	PNEU 205/55R16 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 205/55R16, destinado a veículos leves, proporcionando excelente dirigibilidade, estabilidade e aderência em pista seca e molhada. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	10	Unid.	303,75	3.037,50
20	PNEU 215/75R17.5 BORRACHUDO Pneu novo, radial, sem câmara, medida 215/75R17.5, banda de rodagem bloqueada tipo borrachudo, mínimo 12 lonas, índice de carga mínimo 126/124, destinado ao eixo de tração de caminhões e veículos comerciais, proporcionando elevada tração e resistência ao desgaste. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	30	Unid.	383,67	11.510,10
21	PNEU 215/75R17.5 LISO Pneu novo, radial, sem câmara, medida 215/75R17.5, mínimo 12 lonas, destinado a eixo direcional/all position, com banda longitudinal que proporcione estabilidade, desgaste uniforme e baixa resistência ao rolamento. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	20	Unid.	700,00	14.000,00
22	PNEU 900X20 LISO Pneu novo, diagonal ou radial, medida 900x20, mínimo 14 lonas, destinado à aplicação em caminhões e ônibus, com banda de rodagem longitudinal tipo lisa, proporcionando estabilidade direcional, desgaste uniforme e resistência ao rolamento em uso urbano e rodoviário. Produto com construção reforçada, elevada resistência a impactos e abrasão, índice de carga e velocidade compatíveis com a aplicação, não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	6	Unid.	1.679,75	10.078,50
23	PNEU 7.00-12	4	Unid.	769,33	3.077,32



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>Pneu novo, medida 7.00-12, mínimo 12 lonas, destinado à aplicação em empilhadeiras, equipamentos industriais ou implementos compatíveis, com construção reforçada, elevada resistência a impactos, cortes e abrasão, proporcionando estabilidade e segurança operacional. Produto com índice de carga compatível com a aplicação, não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.</p>				
24	<p>PNEU 225/50R17 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 225/50R17, destinado a veículos de passeio e utilitários leves, proporcionando estabilidade, conforto, dirigibilidade e excelente aderência em piso seco e molhado. Produto com elevada resistência ao desgaste, impactos e cortes laterais, baixo nível de ruído e desgaste uniforme, índice de carga e velocidade compatíveis com a aplicação, não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.</p>	12	Unid.	513,80	6.165,60
25	<p>PNEU 205/55R16 Pneu novo, radial, sem câmara, medida 205/55R16, destinado a veículos de passeio e utilitários leves, proporcionando estabilidade, conforto, dirigibilidade e excelente aderência em piso seco e molhado. Produto com elevada resistência ao desgaste, impactos e deformações, baixo nível de ruído e desgaste uniforme, índice de carga e velocidade compatíveis com a aplicação, não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.</p>	6	Unid.	319,00	1.914,00
26	<p>PNEU 10X16.5 Pneu novo, medida 10x16.5, destinado à aplicação</p>	16	Unid.	1.084,35	17.349,60



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	em minicarregadeiras, retroescavadeiras e equipamentos industriais compatíveis, com construção reforçada, elevada resistência a impactos, cortes, abrasão e deformações, proporcionando estabilidade, tração e durabilidade em operações severas. Produto com banda de rodagem apropriada para uso misto e serviços pesados, não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.				
27	PNEU 7.50-16 Pneu novo, medida 7.50-16, mínimo 12 lonas, construção diagonal com câmara de ar, destinado à aplicação em implementos agrícolas e equipamentos compatíveis. Produto com banda de rodagem composta por raias longitudinais, proporcionando baixa resistência ao rolamento, maior eficiência operacional e estabilidade em uso agrícola. Deverá possuir elevada resistência a impactos, cortes e abrasão, compatível com as condições de trabalho em campo. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	22	Unid.	973,22	21.410,84
28	PNEU 12.4-24 (DIANTEIRO AGRÍCOLA) – 16 LONAS Pneu novo, medida 12.4-24, com 16 lonas, destinado à aplicação em eixo dianteiro de máquinas e implementos agrícolas. Produto com construção reforçada, adequado para operações agrícolas, proporcionando estabilidade, resistência e desempenho em diferentes condições de trabalho. Profundidade mínima de sulco de 36,0 mm e capacidade de carga compatível com índice de carga mínimo correspondente a 1.200 kg, conforme especificação do fabricante. Produto em conformidade com a Portaria INMETRO n.º 5 – RTQ 041, devidamente certificado pelo INMETRO.	4	Unid.	1.525,00	6.100,00



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>				
29	<p>PNEU 12-16.5 (DIANTEIRO) – 16 LONAS, SEM CÂMARA</p> <p>Pneu novo, medida 12-16.5, com 16 lonas, tipo sem câmara (tubeless), destinado à aplicação em eixo dianteiro de máquinas, equipamentos de construção, movimentação de materiais e implementos compatíveis. Produto com construção reforçada, proporcionando elevada resistência a impactos, cortes, abrasão e desgaste, garantindo desempenho, estabilidade e segurança operacional.</p> <p>Deverá possuir capacidade de carga compatível com a aplicação e apresentar durabilidade adequada para utilização em condições severas de trabalho. Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, e acompanhado de certificado do fabricante.</p> <p>Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>	16	Unid.	815,23	13.043,68
30	<p>PNEU 6.00-9 – 12 LONAS</p> <p>Pneu novo, medida 6.00-9, com 12 lonas, destinado à aplicação em empilhadeiras, equipamentos industriais, carrinhos motorizados ou equipamentos compatíveis. Produto com construção reforçada, proporcionando elevada resistência a impactos, cortes, abrasão e desgaste, garantindo segurança, estabilidade e desempenho operacional.</p> <p>Deverá possuir capacidade de carga compatível com a aplicação e apresentar durabilidade adequada para utilização em ambientes industriais e operações de movimentação de materiais. Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, e acompanhado de certificado do</p>	4	Unid.	453,03	1.812,12



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>fabricante.</p> <p>Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>				
31	<p>PNEU 6.50-16</p> <p>Pneu novo, medida 6.50-16, destinado à aplicação em veículos, máquinas ou implementos compatíveis. Produto com construção reforçada, fabricado com composto de borracha de alta resistência, durabilidade e flexibilidade, proporcionando excelente tração, maior estabilidade operacional e menor desgaste durante a utilização.</p> <p>Deverá apresentar elevada resistência a impactos, cortes e abrasão, garantindo desempenho e vida útil adequados às condições de trabalho. Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, e acompanhado de certificado do fabricante.</p> <p>Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>	6	Unid.	629,40	3.776,40
32	<p>PNEU 110/90-17</p> <p>Pneu novo, medida 110/90-17, destinado à aplicação em motocicletas, eixo traseiro, indicado para uso urbano e/ou misto (asfalto e vias não pavimentadas leves), com banda de rodagem apropriada para proporcionar aderência, estabilidade e desempenho em diferentes condições de rodagem. Produto com construção reforçada, fabricado com composto de borracha de alta resistência, durabilidade e flexibilidade, proporcionando excelente tração, maior estabilidade operacional e menor desgaste durante a utilização.</p> <p>Deverá apresentar elevada resistência a impactos, cortes e abrasão, garantindo desempenho e vida útil adequados às condições de trabalho. Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, e</p>	3	Unid.	468,38	1.405,14



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>acompanhado de certificado do fabricante. Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>				
33	<p>PNEU 90/90-19 Pneu novo, medida 90/90-17, destinado à aplicação em motocicletas, eixo dianteiro, indicado para uso urbano e/ou misto, com banda de rodagem apropriada para proporcionar boa dirigibilidade, estabilidade e segurança em diferentes condições de pavimentos. Produto com construção reforçada, fabricado com composto de borracha de alta resistência, durabilidade e flexibilidade, proporcionando excelente tração, maior estabilidade operacional e menor desgaste durante a utilização. Deverá apresentar elevada resistência a impactos, cortes e abrasão, garantindo desempenho e vida útil adequados às condições de trabalho. Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, e acompanhado de certificado do fabricante. Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>	3	Unid.	473,33	1.419,99
34	<p>CÂMARA DE AR 17.5-25 Câmara de ar nova, medida 17.5-25, fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, adequada para utilização em pneus da respectiva medida. Produto resistente a deformações, perfurações e variações de temperatura, proporcionando vedação eficiente e desempenho compatível com aplicações em máquinas e equipamentos pesados. Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos</p>	40	Unid.	318,66	12.746,40



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>produtos usados, recondicionados, remendados ou de procedência não comprovada.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
35	<p>CÂMARA DE AR 23.1-26</p> <p>Câmara de ar nova, medida 23.1-26, fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, adequada para utilização em pneus da respectiva medida. Produto resistente a deformações, perfurações e variações de temperatura, proporcionando vedação eficiente e desempenho compatível com aplicações agrícolas e em equipamentos compatíveis.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou de procedência não comprovada.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	12	Unid.	500,00	6.000,00
36	<p>CÂMARA DE AR 12.5/80-18</p> <p>Câmara de ar nova, medida 12.5/80-18, fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, adequada para utilização em pneus da respectiva medida. Produto resistente a deformações, perfurações e variações de temperatura, proporcionando vedação eficiente e maior vida útil em aplicações agrícolas, de construção civil e em equipamentos compatíveis.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou de procedência não comprovada.</p>	12	Unid.	161,50	1.938,00



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
37	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 12-16.5, destinada à aplicação em máquinas pesadas, equipamentos de construção, terraplenagem e movimentação de materiais. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, reconicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	10	Unid.	184,22	1.842,20
38	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5-24 (TRASEIRO) Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 19.5-24, destinada à aplicação em eixo traseiro de máquinas pesadas, retroescavadeiras, equipamentos de construção, terraplenagem e equipamentos compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos</p>	10	Unid.	311,67	3.116,70



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
39	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.00-24</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 14.00-24, destinada à aplicação em máquinas pesadas, equipamentos de construção, terraplenagem, motoniveladoras e equipamentos compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	10	Unid.	242,00	2.420,00
40	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 10.00-20</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 10.00-20, destinada à aplicação em caminhões, ônibus, máquinas, implementos e equipamentos compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia,</p>	10	Unid.	138,96	1.389,60



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
41	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5-25</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 17.5-25, destinada à aplicação em máquinas pesadas, carregadeiras, motoniveladoras, equipamentos de construção, terraplenagem e equipamentos compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	20	Unid.	304,10	6.082,00
42	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9-26 (DIANTEIRO)</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 14.9-26, destinada à aplicação em eixo dianteiro de máquinas e implementos agrícolas compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de</p>	12	Unid.	233,35	2.800,20



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
43	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 (TRASEIRO)</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 23.1-30, destinada à aplicação em eixo traseiro de tratores, máquinas e implementos agrícolas compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	12	Unid.	429,70	5.156,40
44	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9-24 (DIANTEIRO)</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 14.9-24, destinada à aplicação em eixo dianteiro de tratores, máquinas e implementos agrícolas compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com</p>	12	Unid.	215,40	2.584,80



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
45	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4-30 (TRASEIRO)</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 18.4-30, destinada à aplicação em eixo traseiro de tratores, máquinas e implementos agrícolas compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	12	Unid.	306,50	3.678,00
46	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4-24 (DIANTEIRO)</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 12.4-24, destinada à aplicação em eixo dianteiro de tratores, máquinas e implementos agrícolas compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em</p>	12	Unid.	197,87	2.374,44



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
47	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 7.50-16 (DIANTEIRO)</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 7.50-16, destinada à aplicação em tratores, implementos agrícolas, máquinas e equipamentos compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	2	Unid.	91,08	182,16
48	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.00-20</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 9.00-20, destinada à aplicação em caminhões, ônibus, máquinas, implementos e equipamentos compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a</p>	8	Unid.	107,10	856,80



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
49	<p>CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4-34 (TRASEIRO)</p> <p>Câmara de ar nova, compatível com pneu medida 18.4-34, destinada à aplicação em eixo traseiro de tratores, máquinas e implementos agrícolas compatíveis. Fabricada em composto de borracha de alta qualidade, com elevada elasticidade, resistência mecânica e durabilidade, proporcionando vedação eficiente, resistência a deformações e desempenho adequado em condições severas de operação.</p> <p>Deverá ser fornecida com válvula compatível com a aplicação, acondicionada em embalagem original do fabricante, acompanhada de identificação do fabricante e selo de garantia, quando aplicável. Não serão aceitos produtos usados, recondicionados, remendados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	4	Unid.	340,00	1.360,00
50	<p>COLARINHO PARA ARO 24</p> <p>Colarinho novo para aro 24, compatível com pneus e câmaras de ar destinados à aplicação em máquinas agrícolas, máquinas pesadas, equipamentos de construção e terraplenagem. Fabricado em borracha apropriada para a aplicação, destinado à proteção da câmara de ar</p>	10	Unid.	103,67	1.036,70



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>contra atritos e danos provocados pelo contato com o aro, contribuindo para a correta montagem e funcionamento do conjunto pneumático.</p> <p>O produto deverá ser novo, sem uso anterior, acondicionado em embalagem original do fabricante, acompanhado de identificação do fabricante e garantia contra defeitos de fabricação. Não serão aceitos produtos usados, remendados, recondicionados ou remanufaturados.</p>				
51	<p>COLARINHO PARA ARO 9.00-20</p> <p>Colarinho novo, compatível com aro 9.00-20, destinado à utilização em conjuntos pneumáticos com câmara de ar aplicados em caminhões, máquinas, implementos e equipamentos compatíveis. Fabricado em material elastomérico adequado à aplicação, destinado à proteção da câmara de ar contra atritos, rebarbas e demais irregularidades do aro, contribuindo para a integridade do conjunto pneumático e para a correta instalação dos componentes.</p> <p>O produto deverá ser novo, sem uso anterior, compatível com a medida especificada, isento de defeitos de fabricação, deformações, rachaduras ou imperfeições que comprometam sua utilização. Deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e do fabricante.</p> <p>Não serão aceitos produtos usados, remendados, recondicionados, recuperados ou remanufaturados. O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	10	Unid.	47,76	477,60
52	<p>COLARINHO PARA ARO 17.5-25</p> <p>Colarinho novo, compatível com aro 17.5-25, destinado à utilização em conjuntos pneumáticos com câmara de ar aplicados em máquinas pesadas, carregadeiras, motoniveladoras, equipamentos de construção, terraplenagem e equipamentos compatíveis. Fabricado em material elastomérico adequado à aplicação, destinado à proteção da câmara de ar contra atritos, rebarbas e demais</p>	30	Unid.	206,33	6.189,90



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>irregularidades do aro, contribuindo para a integridade do conjunto pneumático e para a correta instalação dos componentes.</p> <p>O produto deverá ser novo, sem uso anterior, compatível com a medida especificada, isento de defeitos de fabricação, deformações, rachaduras ou imperfeições que comprometam sua utilização. Deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e do fabricante.</p> <p>Não serão aceitos produtos usados, remendados, recondicionados, recuperados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
53	<p>COLARINHO PARA ARO 10.00-20</p> <p>Colarinho novo, compatível com aro 10.00-20, destinado à utilização em conjuntos pneumáticos com câmara de ar aplicados em caminhões, ônibus, máquinas, implementos e equipamentos compatíveis. Fabricado em material elastomérico adequado à aplicação, destinado à proteção da câmara de ar contra atritos, rebarbas e demais irregularidades do aro, contribuindo para a integridade do conjunto pneumático e para a correta montagem e funcionamento do conjunto.</p> <p>O produto deverá ser compatível com a medida especificada, ser novo, sem uso anterior, e apresentar características que garantam sua adequada aplicação no conjunto pneumático. Deverá estar isento de defeitos de fabricação, deformações, rachaduras ou quaisquer imperfeições que comprometam seu desempenho.</p> <p>O produto deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e do fabricante. Não serão aceitos produtos usados, remendados, recondicionados, recuperados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade</p>	20	Unid.	37,00	740,00



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	com a legislação vigente.				
54	<p>COLARINHO PARA ARO 7.50-16</p> <p>Colarinho novo, compatível com aro 7.50-16, destinado à utilização em conjuntos pneumáticos com câmara de ar aplicados em tratores, implementos agrícolas, máquinas e equipamentos compatíveis. Fabricado em material elastomérico adequado à aplicação, destinado à proteção da câmara de ar contra atritos, rebarbas e demais irregularidades do aro, contribuindo para a integridade do conjunto pneumático e para a correta montagem e funcionamento do conjunto.</p> <p>O produto deverá ser compatível com a medida especificada, ser novo, sem uso anterior, e apresentar características que garantam sua adequada aplicação no conjunto pneumático. Deverá estar isento de defeitos de fabricação, deformações, rachaduras ou quaisquer imperfeições que comprometam seu desempenho.</p> <p>O produto deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e do fabricante. Não serão aceitos produtos usados, remendados, reconicionados, recuperados ou remanufaturados.</p> <p>O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>	2	Unid.	35,93	71,86
55	<p>COLARINHO PARA ARO 34</p> <p>Colarinho novo, compatível com aro 34, destinado à utilização em conjuntos pneumáticos com câmara de ar aplicados em tratores, máquinas e implementos agrícolas compatíveis. Fabricado em material elastomérico adequado à aplicação, destinado à proteção da câmara de ar contra atritos, rebarbas e demais irregularidades do aro, contribuindo para a integridade do conjunto pneumático e para a correta montagem e funcionamento do conjunto.</p> <p>O produto deverá ser compatível com a medida especificada, ser novo, sem uso anterior, e apresentar características que garantam sua</p>	6	Unid.	144,95	869,70



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>adequada aplicação no conjunto pneumático. Deverá estar isento de defeitos de fabricação, deformações, rachaduras ou quaisquer imperfeições que comprometam seu desempenho. O produto deverá ser fornecido em embalagem original do fabricante, contendo identificação do produto e do fabricante. Não serão aceitos produtos usados, remendados, reconicionados, recuperados ou remanufaturados. O produto deverá possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em conformidade com a legislação vigente.</p>				
ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA					
56	<p>PNEU 205/60R16 92H Pneu novo, radial, sem câmara, medida 205/60R16, destinado a veículos de passeio, com índice de carga 92 e índice de velocidade H (até 210 km/h), proporcionando conforto, estabilidade, segurança e excelente desempenho em frenagem e aderência em pista seca e molhada. Produto com selo de aprovação do INMETRO, conforme Portaria INMETRO nº 379/2021, fabricação recente (não superior a 12 meses), garantia mínima de 3 anos contra defeitos de fabricação.</p>	50	Unid.	414,90	20.745,00
57	<p>PNEU 235/65R16C Pneu novo, radial, sem câmara, medida 235/65R16C, índice de carga mínimo 121/119, destinado a vans e utilitários, com estrutura reforçada para transporte de passageiros e carga. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.</p>	50	Unid.	737,67	36.883,50
58	<p>PNEU 235/75R17.5 LISO Pneu novo, radial, sem câmara, medida 235/75R17.5, índice de carga mínimo 132/130M, destinado a eixo direcional/all position de caminhões leves e médios, com banda longitudinal, construção reforçada e elevada durabilidade. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.</p>	40	Unid.	667,20	26.688,00



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

59	PNEU 235/75R17.5 BORRACHUDO Pneu novo, radial, sem câmara, medida 235/75R17.5, destinado ao eixo de tração de caminhões leves e médios, com banda de rodagem borrachuda, elevada tração e resistência ao desgaste. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	40	Unid.	698,00	27.920,00
60	PNEU 275/80R22.5 BORRACHUDO Pneu novo, radial, sem câmara, medida 275/80R22.5, banda de rodagem borrachuda, mínimo 16 lonas, destinado ao eixo de tração de caminhões e ônibus, proporcionando elevada tração e resistência ao desgaste em uso rodoviário e misto. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	40	Unid.	1.516,00	60.640,00
61	PNEU 275/80R22.5 LISO Pneu novo, radial, sem câmara, medida 275/80R22.5, destinado a eixo direcional/all position, mínimo 16 lonas, com banda longitudinal que proporcione estabilidade, dirigibilidade e desgaste uniforme. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	30	Unid.	1.314,60	39.438,00
62	PNEU 295/80R22.5 LISO Pneu novo, radial, sem câmara, medida 295/80R22.5, mínimo 16 lonas, destinado ao eixo direcional/all position de caminhões e ônibus, proporcionando estabilidade, dirigibilidade e baixa resistência ao rolamento. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	50	Unid.	1.539,98	76.999,00
63	PNEU 295/80R22.5 BORRACHUDO Pneu novo, radial, sem câmara, medida 295/80R22.5, mínimo 16 lonas, destinado ao eixo de tração de caminhões e ônibus, com banda borrachuda, elevada tração e resistência ao desgaste. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de	80	Unid.	1.622,00	129.760,00



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	garantia mínimo de 3 anos.				
64	PNEU 1000X20 BORRACHUDO Pneu novo, radial, medida 1000x20, mínimo 16 lonas, destinado a caminhões e ônibus, com banda de rodagem borrachuda, profundidade mínima de sulcos de 19,9 mm, índice de carga mínimo 146/143. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	12	Unid.	1.973,25	23.679,00
65	PNEU 1000X20 LISO Pneu novo, radial, medida 1000x20, mínimo 16 lonas, destinado a caminhões e ônibus, com banda de rodagem longitudinal, profundidade mínima de sulcos de 19,9 mm, índice de carga mínimo 146/143. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	16	Unid.	2.220,26	35.524,16
66	PNEU 19,5X24 TRASEIRO Pneu novo, diagonal, medida 19,5x24, mínimo 16 lonas, destinado à aplicação traseira em retroescavadeiras e máquinas pesadas, com capacidade mínima de carga de 2.120 kg à velocidade de 10 km/h, largura mínima da seção sem carga de 495 mm e diâmetro externo mínimo de 1.339 mm. Produto com construção reforçada, elevada resistência a impactos, cortes, abrasão e deformações, proporcionando estabilidade, tração e durabilidade em operações severas. Produto não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. Selo de aprovação INMETRO, etiqueta conforme portaria INMETRO 379/2021, prazo de garantia mínimo de 3 anos.	12	Unid.	2.323,61	27.883,32
67	PNEU 1400X24 Pneu novo, diagonal, medida 1400x24, mínimo 16 lonas, destinado à aplicação em máquinas pesadas, motoniveladoras e equipamentos fora de estrada, com capacidade mínima de carga de 3.075 kg e espessura mínima da banda de rodagem de 24 mm. Produto com construção reforçada, elevada resistência a impactos, cortes, abrasão e deformações, proporcionando maior estabilidade,	12	Unid.	3.377,12	40.525,44



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>tração e durabilidade em operações severas. Produto não sendo admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado, certificado pelo INMETRO quando aplicável, devendo possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>				
68	<p>PNEU 14.9-26 (DIANTEIRO AGRÍCOLA) Pneu novo, medida 14.9-26, destinado à aplicação em eixo dianteiro de máquinas e implementos agrícolas. Produto com construção reforçada, composto por borracha de alta resistência e durabilidade, com elevada flexibilidade nas laterais e borracha de maior rigidez na banda de rodagem, proporcionando melhor desempenho operacional, maior estabilidade e menor desgaste em uso contínuo. Deverá apresentar elevada resistência a impactos, cortes e abrasão, adequado às condições de trabalho em ambiente agrícola. Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, com certificado do fabricante. Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.</p>	10	Unid.	2.876,66	28.766,60
69	<p>PNEU 18.4-34 (TRASEIRO AGRÍCOLA) – 14 LONAS Pneu novo, medida 18.4-34, com 14 lonas, destinado à aplicação em eixo traseiro de máquinas e implementos agrícolas. Tipo TT (com câmara), desenho de banda de rodagem R-1, apropriado para uso em atividades agrícolas, com velocidade máxima de operação de até 30 km/h. Profundidade mínima de sulco de 41 mm, proporcionando melhor tração, desempenho e resistência ao desgaste em condições severas de uso. Produto em conformidade com a Portaria INMETRO n.º 5 – RTQ 041, devidamente certificado pelo INMETRO, quando aplicável. Não será admitido pneu remoldado, recapado,</p>	8	Unid.	3.487,59	27.900,72



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	recauchutado ou remanufaturado. Deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.				
70	PNEU 14.9-24 (DIANTEIRO AGRÍCOLA) – 12 LONAS Pneu novo, medida 14.9-24, com 12 lonas, destinado à aplicação em eixo dianteiro de máquinas e implementos agrícolas. Classificação R-1 (tração regular), indicado para uso em operações agrícolas, proporcionando boa tração, estabilidade e resistência ao desgaste em diferentes condições de solo. Capacidade de carga máxima de 2.220 kg, conforme especificação do fabricante. Produto em conformidade com a Portaria INMETRO n.º 5 – RTQ 041, devidamente certificado pelo INMETRO, quando aplicável. Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	6	Unid.	1.792,29	10.753,74
71	PNEU 23.1-30 (TRASEIRO AGRÍCOLA) Pneu novo, medida 23.1-30, destinado à aplicação em eixo traseiro de máquinas e implementos agrícolas. Produto indicado para uso em operações agrícolas, com capacidade de velocidade de até 25 MPH (40 km/h), proporcionando desempenho operacional adequado em condições de trabalho no campo. Possui capacidade de carga máxima de 5.680 lbs (2.575 kg) a 16 PSI (1,1 bar), conforme especificação do fabricante, garantindo resistência e estabilidade durante a operação. Produto com certificado do fabricante e em conformidade com o INMETRO, quando aplicável. Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	10	Unid.	6.280,00	62.800,00
72	PNEU 18.4-30 AGRÍCOLA – 12 LONAS Pneu novo, medida 18.4-30, com 12 lonas, destinado à aplicação em máquinas e implementos	16	Unid.	4.746,82	75.949,12



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>agrícolas. Produto com construção reforçada, composto por borracha de alta resistência, durabilidade e flexibilidade, proporcionando maior desempenho operacional, excelente tração, maior estabilidade e menor desgaste durante a utilização em atividades agrícolas.</p> <p>Deverá apresentar elevada resistência a impactos, cortes e abrasão, sendo adequado para uso em diferentes tipos de solo e condições de trabalho no campo. Produto certificado pelo INMETRO, em conformidade com a legislação vigente, quando aplicável, e acompanhado de certificado do fabricante.</p> <p>Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>				
73	<p>PNEU 17.5-25 BORRACHUDO – 16 LONAS</p> <p>Pneu novo, medida 17.5-25, com 16 lonas, tipo borrachudo, destinado à aplicação em máquinas pesadas, equipamentos de terraplenagem, carregadeiras e equipamentos compatíveis. Produto com construção reforçada, proporcionando elevada resistência a impactos, cortes, abrasão e desgaste, garantindo desempenho e segurança operacional em condições severas de trabalho.</p> <p>Capacidade mínima de carga de 7.300 kg e espessura mínima da banda de rodagem de 25 mm, conforme especificação do fabricante. Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, e acompanhado de certificado do fabricante.</p> <p>Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>	20	Unid.	4.246,67	84.933,40
74	<p>PNEU 12.5/80-18 (DIANTEIRO PARA RETROESCAVADEIRA) – 16 LONAS</p> <p>Pneu novo, original de fábrica, medida 12.5/80-</p>	12	Unid.	2.641,87	31.702,44



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

	<p>18, com 16 lonas, de construção convencional, destinado à aplicação em eixo dianteiro de retroescavadeiras e equipamentos compatíveis. Produto fabricado com composto de borracha de alta resistência e durabilidade, proporcionando maior desempenho operacional, estabilidade e resistência ao desgaste em condições severas de trabalho.</p> <p>Deverá apresentar elevada resistência a impactos, cortes e abrasão, sendo adequado para operações de escavação, carregamento e movimentação de materiais. Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, e acompanhado de certificado do fabricante.</p> <p>Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado. O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>				
75	<p>PNEU 23.1-26 – 16 LONAS</p> <p>Pneu novo, medida 23.1-26, com 16 lonas, destinado à aplicação em máquinas e implementos agrícolas compatíveis. Produto com construção reforçada, proporcionando elevada resistência, durabilidade, estabilidade operacional e desempenho adequado em atividades agrícolas. Capacidade de velocidade de até 25 MPH (40 km/h) e carga máxima de 5.680 lbs (2.575 kg) a 16 PSI (1,1 bar), conforme especificação do fabricante. Deverá apresentar resistência compatível com operações em campo, suportando condições severas de trabalho e diferentes tipos de terreno.</p> <p>Produto certificado pelo INMETRO, quando aplicável, e acompanhado de certificado do fabricante. Não será admitido pneu remoldado, recapado, recauchutado ou remanufaturado.</p> <p>O produto deverá possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos contra defeitos de fabricação e fabricação não superior a 12 (doze) meses da data de entrega.</p>	10	Unid.	5.321,67	53.216,70



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto. Admite-se, contudo, a participação de empresas transportadoras ou distribuidoras na logística de entrega dos pneus, desde que previamente autorizada pela Administração, não se caracterizando subcontratação a simples execução de atividades acessórias de transporte e logística.

7.2. Em qualquer hipótese, a contratada permanecerá integralmente responsável pelo fornecimento dos pneus, sua qualidade, procedência, conformidade com as especificações técnicas exigidas no edital e no Termo de Referência, bem como pelo cumprimento integral das obrigações contratuais.

7.3. Eventual atuação de terceiros na cadeia logística não exime a contratada de responsabilidade civil, administrativa e técnica perante a Administração Pública.

8. GARANTIA CONTRATUAL E GARANTIA DO PRODUTO

8.1. Não será exigida garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o baixo risco de execução e o regime de fornecimento por demanda, salvo disposição diversa estabelecida no edital.

8.2. Os pneus fornecidos deverão possuir garantia mínima de fábrica contra defeitos de fabricação, falhas estruturais ou vícios ocultos, conforme padrões estabelecidos pelo fabricante e normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas do INMETRO.

8.3. A garantia do produto deverá abranger, no mínimo, o atendimento às especificações técnicas exigidas no edital, incluindo dimensões, índice de carga, índice de velocidade, estrutura radial, ausência de deformidades e adequação ao uso em veículos da frota municipal.

8.4. Constatado defeito de fabricação ou desconformidade do produto, a contratada deverá promover a substituição do pneu no prazo fixado pela Administração, sem ônus ao Município, inclusive quanto a transporte, desmontagem, montagem ou quaisquer custos acessórios.

8.5. O prazo de garantia do produto não poderá ser inferior ao indicado pelo fabricante, nem inferior às condições mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

9. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

9.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, edital, Termo de Referência e proposta apresentada.
- 10.2. Verificar minuciosamente, no prazo estabelecido, a conformidade dos pneus entregues, observando especificações técnicas, dimensões, índice de carga, índice de velocidade, marcação do INMETRO, DOT de fabricação, integridade física e demais requisitos previstos no instrumento convocatório, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 10.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas, vícios, avarias ou desconformidades verificadas nos pneus fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, conforme o caso.
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou comissão especialmente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.5. Solicitar à Contratada os esclarecimentos que se fizerem necessários quanto ao objeto contratado, sua procedência, especificações técnicas e condições de garantia.
- 10.6. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações contratuais, determinando a adoção das medidas necessárias à regularização imediata das falhas identificadas.
- 10.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência.
- 10.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento dos pneus efetivamente entregues e aceitos, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.
- 10.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados a terceiros decorrentes de ação ou omissão da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.10. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, quando formalmente solicitados pela Contratada.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Fornecer os pneus em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, edital, proposta apresentada e normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas do INMETRO.
- 11.2. Entregar os pneus novos, sem uso, dentro do prazo de validade de fabricação e em perfeitas condições de conservação, devidamente identificados quanto à marca, modelo, dimensão, índice de carga, índice de velocidade e demais características técnicas exigidas.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

11.3. Apresentar, sempre que solicitado, catálogos técnicos, fichas de especificação, certificados de conformidade, selo do INMETRO e demais documentos que comprovem a procedência e a qualidade dos produtos fornecidos.

11.4. Realizar o transporte e a entrega dos pneus em condições adequadas, garantindo sua integridade física até o recebimento pela Administração, sendo vedado o fornecimento de produtos danificados, deformados ou com sinais de armazenamento inadequado.

11.5. Substituir, sem ônus ao Município, os pneus recusados por desconformidade técnica, avarias, vícios de fabricação, divergência de especificação, ausência de certificação ou qualquer irregularidade constatada no recebimento.

11.6. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas na execução do objeto, ainda que decorrentes de transporte, armazenagem ou entrega inadequada.

11.8. Observar rigorosamente todas as normas ambientais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de segurança e demais legislações aplicáveis ao objeto contratado.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

12.1. Os pneus serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo fiscal do contrato ou servidor designado pela Administração Municipal, mediante conferência preliminar das quantidades, medidas, condições de conservação, integridade dos produtos, ausência de avarias e conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, edital e proposta da contratada.

12.2. O recebimento definitivo será realizado em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação detalhada da conformidade dos pneus com as especificações técnicas exigidas, incluindo medida, índice de carga e velocidade, certificações obrigatórias do INMETRO, ano de fabricação, procedência e demais características previstas no instrumento convocatório.

12.3. Caso sejam constatadas irregularidades, tais como divergência de medida, modelo ou especificação técnica, defeitos de fabricação, desgaste, deformações, vencimento de garantia, ausência de certificação ou qualquer inconformidade, o recebimento será recusado, devendo a contratada substituir os produtos no prazo fixado pela Administração, sem ônus ao Município e sem prejuízo das sanções cabíveis.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

12.4. O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos bens, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando a entrega em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

12.5. Os pagamentos poderão ser realizados de forma parcelada, conforme as entregas efetivamente realizadas, especialmente em caso de Registro de Preços, observando-se a efetiva execução do objeto.

12.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente a regularização de inconsistências verificadas na entrega ou na documentação fiscal apresentada pela contratada.

12.7. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação exigidas, sendo condição para pagamento a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

Liquidação

12.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente disporá do prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.9. Para fins de liquidação, será verificado se a Nota Fiscal ou Fatura contém os elementos essenciais, tais como: data de emissão, identificação da contratada e do órgão contratante, número do empenho, descrição dos bens fornecidos, quantidades, valores unitários e totais, além de eventuais retenções tributárias aplicáveis.

12.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, irregularidade documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a devida regularização, sem qualquer ônus para a Administração.

12.11. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta aos sistemas oficiais ou documentação exigida pelo art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.12. Constatada irregularidade, a contratada será notificada para regularização no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante justificativa aceita pela Administração.

12.13. Não havendo regularização, a Administração adotará as medidas cabíveis quanto à inadimplência contratual, inclusive eventual rescisão e responsabilização administrativa.

12.14. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas medidas para rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.15. Havendo execução regular do objeto e manutenção das condições de habilitação, os pagamentos serão realizados normalmente até decisão administrativa em contrário.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

Prazo de pagamento

12.16. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, conforme cronograma da Administração Pública Municipal.

12.17. Os pagamentos somente serão realizados mediante comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

12.18. Ocorrendo erro na documentação de cobrança, o documento será devolvido para correção, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento após a regularização.

12.19. A Administração poderá suspender o pagamento caso o objeto não esteja em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Forma de pagamento

12.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

12.21. Considera-se data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.

12.22. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

12.22.1. Independentemente do percentual de tributo informado, quando houver, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação aplicável.

12.23. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos tributos abrangidos pelo regime, devendo apresentar comprovação de sua condição.

13. REAJUSTE, REVISÃO E CANCELAMENTO

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

13.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço, desde que atendidas todas as especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

14.2. Poderão participar do certame empresas do ramo pertinente ao objeto da contratação, que atendam às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e demais requisitos previstos na legislação e no instrumento convocatório.

Das condições de participação

14.3. Poderão participar do certame as pessoas jurídicas ou empresários individuais que tenha objeto social ou ramo de atividade nos termos do objeto desta licitação, que comprovem habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, que cumpra o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal e que preencha as demais condições elencadas nesse edital, não apresentando impedimentos ou qualquer outra situação vede a sua participação na licitação.

14.4. É vedada a participação nesta licitação:

14.4.1. De pessoas naturais;

14.4.2. De pessoa jurídica em regime de falência e concordata;

14.4.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com este Município de Ramilândia/PR;

14.4.4. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

14.5. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

14.5.1. Quanto à Habilitação Jurídica

- a) Comprovação de existência jurídica da pessoa:
- b) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- c) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- g) Declaração unificada.
- h) Procuração do representante do licitante para participar do pregão, se for o caso.

14.5.2. Quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;
- c) Prova de regularidade com as fazendas:
- d) Federal mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;
- d) Estadual mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal e a certidão negativa de dívida ativa de tributos estaduais da sede da empresa (ou certidão conjunta quando forem unificadas);
- f) Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva Secretaria de Fazenda da sede da empresa, e prova de regularidade com a Fazenda Municipal, referente a tributos mobiliários e imobiliários da sede ou domicílio do licitante;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT (Lei n.º 12.440/2011);
- h) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

14.5.2.1. Serão aceitas as Certidões acima em original ou obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário. No caso de divergência entre os dados constantes da certidão apresentada e os dados constantes da verificação, prevalecerá a última.

14.5.3. Quanto à Capacidade Técnica



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

- a) Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, contendo CNPJ da empresa, nome legível, telefone para contato, assinada e carimbada, comprovando que o licitante executou ou executa serviços compatíveis ao objeto contratual.
- b) Apresentação de catálogo técnico, folder ou ficha técnica do produto ofertado, emitido pelo fabricante ou distribuidor autorizado, contendo informações detalhadas que permitam a verificação das especificações exigidas no Termo de Referência, tais como medida, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, modelo e demais características técnicas;
- c) Comprovação de certificação do INMETRO vigente para os pneus ofertados, devendo constar na relação oficial de produtos certificados, em conformidade com a legislação aplicável;
- d) Quando aplicável, apresentação de comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, nos termos da legislação ambiental vigente, especialmente para fabricantes e importadores de pneus;
- e) No caso de revendedores, a documentação prevista no item anterior poderá ser apresentada em nome do fabricante ou importador responsável pelo produto;
- f) Os pneus ofertados deverão possuir data de fabricação não superior a 12 (doze) meses no momento da entrega, garantindo condições adequadas de desempenho, segurança e vida útil do produto.

14.5.4. Comprovação da Condição de ME ou EPP

- a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;
- b) Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006;

14.5.5. Quanto à Qualificação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

15. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A execução contratual deverá ser realizada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o Termo de Referência, o edital e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer por escrito sempre que a formalidade do ato exigir, admitindo-se, para fins operacionais, o uso de correio eletrônico institucional, sem prejuízo da formalização nos autos do processo administrativo.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

15.3. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias à regularização de falhas ou desconformidades verificadas.

15.3.1. O fiscal do contrato deverá registrar todas as ocorrências no histórico de gerenciamento da execução contratual, descrevendo as medidas adotadas para saneamento de irregularidades, quando houver.

15.3.2. O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, quaisquer ocorrências que demandem decisão administrativa ou adoção de medidas que extrapolem sua competência.

15.3.3. Identificada ocorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou a execução do objeto, o fiscal deverá comunicar imediatamente o gestor do contrato, para adoção das providências cabíveis.

15.3.4. O fiscal do contrato deverá informar ao gestor, com antecedência razoável, o término da vigência contratual ou da Ata de Registro de Preços, visando a adoção de medidas para eventual prorrogação ou nova contratação, quando cabível.

15.4. A fiscalização da execução contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos de fabricação, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. O fiscal do contrato deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual, podendo solicitar documentos comprobatórios sempre que necessário, bem como acompanhar a regularidade do fornecimento, empenhos, pagamentos, eventuais glosas e alterações contratuais.

15.6. Em caso de descumprimento contratual, o fiscal deverá adotar medidas imediatas de correção, comunicando formalmente o gestor do contrato quando a solução ultrapassar sua esfera de atuação.

15.7. O gestor do contrato será responsável pela coordenação das atividades de acompanhamento e fiscalização, mantendo atualizado o histórico de execução contratual, incluindo registros de ocorrências, alterações, prorrogações, apostilamentos e demais eventos relevantes, emitindo relatórios quando necessário.

15.8. O gestor do contrato deverá adotar as providências para instauração de processo administrativo sancionador, quando houver indícios de descumprimento contratual, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.9. O gestor do contrato, ou servidor designado, deverá encaminhar ao setor competente a documentação necessária para fins de liquidação e pagamento, observando a conformidade do objeto entregue e o valor correspondente à execução contratual.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

15.10. A fiscalização da execução do contrato ficará a cargo do servidor designado **Sr. Francisco Azevedo Pinheiro**, conforme Portaria nº 4153/2024, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

15.11. A gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob responsabilidade da **Sra. Gabriely Neves Ewerling**, Secretária Municipal de Administração

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da dotação orçamentária:

02.00 – Governo Municipal

02.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0001.2.002 – Manutenção das Ativ. Do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

03.00 – Secretaria de Administração

03.01 – Administração Geral do Município

04.122.0001.2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Desenvolvimento Agropecuário

20.606.0001.2.010 – Manutenção das Atividades do Gab. Da Secretaria

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

33.3.90.30.00 – Material de Consumo

20.606.0004.2.099 – PPA Programa Patrulha Agrícola

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

33.3.90.30.00 – Material de Consumo

06.00 – Secretaria de Educação

06.02 – Departamento de Ensino Fundamental

12.122.0001.2.100 – Manutenção da Secretaria de Educação

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

12.361.0001.2019 – Manutenção do Transporte Escolar Municipal

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de recursos – 104 – Educação 25% Sobre Impostos

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de recursos – 117 – MDE Pnate

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de recursos – 120 – Pnate Estadual

3.3.90.30.00 – Material de Consumo



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

07.00 – Secretaria de Habitação e Urbanismo

07.01 – Departamento de Serviços Urbanos

15.451.0001.2.026 – Manutenção das Ativ. Do Gab. Da Secretaria

Fonte de Recursos – 000 Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

0800 – Secretaria de Saúde

0801 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0001.2.028 – Manut. das Ações do Fundo Mun. de Saúde

Fonte de Recursos – 303 – Saúde Receitas Vinculadas

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

10.301.0001.2.029 – Manut. das Ações do Fundo Mun. de Saúde

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

09.00 – Secretaria de Obras e Viação

09.01 – Serviço Rodoviário Municipal

26.782.0001.2.038 – Serviço Rodoviário Municipal

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recursos – 504 – Outros Royalties e Compensação Financeira

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

10.00 – Secretaria de Ação Social

10.01 – Departamento de Ação Social

08.243.0016.003 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

08.244.0001.2.041 – Manutenção dos Serviços de Ação Social

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

14.00 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

14.01 – Departamento de Cultura e Patrimônio Cultural

13.392.0001.2.131 – Manutenção das Atividades da Sec. De Cultura

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

OBS: Conforme instrução normativa da RFB 1234/2012 e DECRETO Municipal Nº 3756/2023 publicado No Diário Oficial do Município 28/08/2023, é obrigatório retenção de Imposto de Renda, conforme tabelas. As Empresas optantes pelo Simples Nacional, isentas, deverão preencher o ANEXO IV e enviar a prefeitura. Demais situações de isenção, verificar no Decreto o anexo que se enquadrem e encaminhar para a Prefeitura – Setor Contabilidade.

Também deverão indicar, em suas notas fiscais, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

indelével, a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”, em conformidade com o disposto no artigo 59, §4º, inciso II, da Resolução CGSN nº 140/2018, sob pena de sofrer retenção de ofício.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato se extingue quando cumpridas integralmente as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo inicialmente estipulado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações técnicas, exigências do Termo de Referência, edital ou prazos estabelecidos;
- II. O desatendimento das determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, bem como por autoridade superior competente;
- III. A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada que comprometa ou restrinja sua capacidade de executar o objeto contratado;
- IV. A decretação de falência, recuperação judicial quando incompatível com a execução do objeto, insolvência civil, dissolução da sociedade ou extinção da pessoa jurídica;
- V. A ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados, que impeçam a continuidade da execução contratual;
- VI. O atraso injustificado na entrega dos pneus ou o fornecimento em desacordo com as especificações técnicas exigidas, especialmente quanto às normas do INMETRO, DOT, índice de carga, índice de velocidade, medida e aplicação;
- VII. A entrega reiterada de produtos com vícios, defeitos de fabricação, baixa qualidade, ou em desconformidade com o ano de fabricação máximo estabelecido no Termo de Referência;
- VIII. Razões de interesse público devidamente motivadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade contratante;
- IX. O descumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como demais normas de inclusão social aplicáveis.

17.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no §2º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as indenizações cabíveis quando comprovado desequilíbrio ou prejuízo não imputável ao contratado.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da legislação correlata aplicável ao objeto, especialmente normas do INMETRO, CONAMA e demais órgãos reguladores pertinentes, e, subsidiariamente, pelos



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

princípios gerais do direito administrativo e do direito privado, inclusive as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), quando compatíveis com a relação contratual.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura Municipal de Ramilândia/Pr
Referente: Pregão Eletrônico nº 34/2026.

Apresentamos nossa proposta de preços relativo ao seguinte objeto licitado: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E COLARINHOS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA.**

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

NOME DA EMPRESA: _____
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____
REPRESENTANTE e CARGO: _____
CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF: _____
ENDEREÇO e TELEFONE: _____
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (FACULTATIVO): _____

PREÇO - Deverá ser cotado, preço unitário e total por item/grupo, de acordo com o Anexo I do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso) _____

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

Item	Descrição	Qtde	Unid.	Valor unit.	Valor total
1		1	unid		

Descrição detalhada do objeto ofertado com as seguintes indicações: marca ou origem e demais informações julgadas necessárias e convenientes pelo licitante, atendendo o mínimo exigido no Anexo I do edital.

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo I, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e demais despesas constantes no edital e anexos.

DECLARAÇÃO: Declaramos nos termos do Art. 63, § 1º da Lei 14.133/21, que, em nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

Conforme constante no edital.

_____, ____ de _____ de 2026

Assinatura do representante
Carimbo do CNPJ

OBS 1: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026

O **MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Voluntários da Pátria, inscrita no CNPJ sob o nº 95.725.024/0001-14, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Edson dos Santos, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 resolve, nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, nas quantidades, termos e condições previstas no edital e seus anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com sede à xxxxxxxxxxxx, devidamente inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF/MF nº xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de preço tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para aquisição de pneus, câmara de ar e colarinhos dos veículos e maquinas da frota municipal de Ramilândia, anexo I do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 34/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Item	Unid	Descrição	Qtde.	Valor unit.	Valor total

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico nº 34/2026 e seus anexos, Processo Administrativo 64/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

2.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- O Estudo Técnico Preliminar;
- O Edital de Licitação;
- A Proposta da Contratada;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, conforme o Art. 84. da Lei Federal 14.133/21 desde que comprovado o preço vantajoso e o interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR REGISTRADO E REAJUSTE

4.1. O valor da Ata de Registro de Preço é de R\$ _____ (_____), que permanecerão fixos e irrevogáveis.

4.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto no inciso IV, do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.3. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior ao preço médio de mercado, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços constantes da ata, a fim de torná-los compatíveis com os de mercado.

4.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

4.6. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratações com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a respectiva revisão dos contratos.

4.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do seu preço, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e do Município;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata, comprovando que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

4.7.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

4.7.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

4.7.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item **4.7.2**, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

4.7.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o Município poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

4.7.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pelo Município, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.7.6. Liberado o fornecedor na forma do item **4.7.5**, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

4.7.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, o Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata nas condições por estes ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

4.7.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

4.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado.

4.9. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

4.9.1. O registro de preços poderá ser cancelado por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

4.10. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência ou o consumo de todas as quantidades registradas;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

4.11. Na hipótese de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa do Município, será assegurado, de forma prévia, o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para, querendo, se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria de Finanças, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após a apresentação de documentação fiscal e fatura devidamente atestada por servidor competente e atestada pelo gestor e fiscal de contrato.

5.1.1. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5.1.1.1. A conta bancária deve possuir o mesmo CNPJ que a emissora da nota fiscal, ou seja, caso a nota fiscal seja emitida pela matriz, a conta bancária indicada deverá ser da empresa matriz e caso a nota fiscal seja emitida pela filial, a conta bancária deve ser de titularidade da filial.

5.1.1.2. A nota fiscal de material deve vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista -TST e da Certidão Negativa de Débitos Estaduais.

5.1.2. O pagamento à contratada somente será efetuado após a comprovação que mantém as condições de habilitação.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

5.3. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à contratada, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto deste serviço e manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação para regularidade fiscal e trabalhista, devendo discriminar na nota fiscal os descontos como INSS, ISS (se for o caso) e Imposto de Renda conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 e demais legislações.

5.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa vencedora enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplemento contratual.

5.6. Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que seja providenciado as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando nenhum ônus a Administração Pública.

CLÁUSULA SEXTA DA DESPESA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão oriundas da seguinte rubrica orçamentária:

02.00 – Governo Municipal

02.01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0001.2.002 – Manutenção das Ativ. Do Gabinete do Prefeito

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

03.00 – Secretaria de Administração

03.01 – Administração Geral do Município

04.122.0001.2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Desenvolvimento Agropecuário

20.606.0001.2.010 – Manutenção das Atividades do Gab. Da Secretaria

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

33.3.90.30.00 – Material de Consumo

20.606.0004.2.099 – PPA Programa Patrulha Agrícola



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

**Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
33.3.90.30.00 – Material de Consumo**

**06.00 – Secretaria de Educação
06.02 – Departamento de Ensino Fundamental
12.122.0001.2.100 – Manutenção da Secretaria de Educação
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo**

**12.361.0001.2019 – Manutenção do Transporte Escolar Municipal
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de recursos – 104 – Educação 25% Sobre Impostos
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de recursos – 117 – MDE Pnate
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de recursos – 120 – Pnate Estadual
3.3.90.30.00 – Material de Consumo**

**07.00 – Secretaria de Habitação e Urbanismo
07.01 – Departamento de Serviços Urbanos
15.451.0001.2.026 – Manutenção das Ativ. Do Gab. Da Secretaria
Fonte de Recursos – 000 Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo**

**0800 – Secretaria de Saúde
0801 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0001.2.028 – Manut. das Ações do Fundo Mun. de Saúde
Fonte de Recursos – 303 – Saúde Receitas Vinculadas
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
10.301.0001.2.029 – Manut. das Ações do Fundo Mun. de Saúde
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo**

**09.00 – Secretaria de Obras e Viação
09.01 – Serviço Rodoviário Municipal
26.782.0001.2.038 – Serviço Rodoviário Municipal
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos – 504 – Outros Royalties e Compensação Financeira
3.3.90.30.00 – Material de Consumo**

**10.00 – Secretaria de Ação Social
10.01 – Departamento de Ação Social
08.243.0016.003 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo**



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

08.244.0001.2.041 – Manutenção dos Serviços de Ação Social
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo

14.00 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
14.01 – Departamento de Cultura e Patrimônio Cultural
13.392.0001.2.131 – Manutenção das Atividades da Sec. De Cultura
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.30.00 – Material de Consumo

OBS: Conforme instrução normativa da RFB 1234/2012 e DECRETO Municipal Nº 3756/2023 publicado No Diário Oficial do Município 28/08/2023, é obrigatório retenção de Imposto de Renda, conforme tabelas. As Empresas optantes pelo Simples Nacional, isentas, deverão preencher o ANEXO IV e enviar a prefeitura. Demais situações de isenção, verificar no Decreto o anexo que se enquadrem e encaminhar para a Prefeitura – Setor Contabilidade.

Também deverão indicar, em suas notas fiscais, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”, em conformidade com o disposto no artigo 59, §4º, inciso II, da Resolução CGSN nº 140/2018, sob pena de sofrer retenção de ofício.

CLÁUSULA SÉTIMA DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.3.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.3.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.3.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

7.3.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de compras, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9. O gestor do contrato, ou servidor designado, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.10. A fiscalização caberá ao Sr. Francisco Azevedo Pinheiro, Fiscal de Contrato, nomeado pela Portaria Nº 4153/2024 do quadro de servidores como titular, lotado na Secretaria de Administração.

7.11. A gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob responsabilidade da **Sra. Gabriely Neves Ewerling**, Secretária Municipal de Administração.

CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos entregados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

- 8.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 8.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 8.5.** Solicitar à contratada os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao objeto contratado e à execução contratual.
- 8.6.** Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Contrato, determinando as medidas saneadoras necessárias à sua imediata regularização.
- 8.7.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos;
- 8.8.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo de até 30 (trinta dias) após o recebimento do objeto;
- 8.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.10.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** Fornecer os pneus em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, edital, proposta apresentada e normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas do INMETRO.
- 9.2.** Entregar os pneus novos, sem uso, dentro do prazo de validade de fabricação e em perfeitas condições de conservação, devidamente identificados quanto à marca, modelo, dimensão, índice de carga, índice de velocidade e demais características técnicas exigidas.
- 9.3.** Apresentar, sempre que solicitado, catálogos técnicos, fichas de especificação, certificados de conformidade, selo do INMETRO e demais documentos que comprovem a procedência e a qualidade dos produtos fornecidos.
- 9.4.** Realizar o transporte e a entrega dos pneus em condições adequadas, garantindo sua integridade física até o recebimento pela Administração, sendo vedado o fornecimento de produtos danificados, deformados ou com sinais de armazenamento inadequado.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

9.5. Substituir, sem ônus ao Município, os pneus recusados por desconformidade técnica, avarias, vícios de fabricação, divergência de especificação, ausência de certificação ou qualquer irregularidade constatada no recebimento.

9.6. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas na execução do objeto, ainda que decorrentes de transporte, armazenagem ou entrega inadequada.

9.8. Observar rigorosamente todas as normas ambientais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de segurança e demais legislações aplicáveis ao objeto contratado.

CLAUSULA DÉCIMA DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DO CONTRATADO

10.1. Adicionalmente, a contratada deverá:

10.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;

10.3. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto desta Ata/contrato ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Ramilândia;

10.4. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento da(s) mercadoria(s), originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

10.5. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais de contratações decorrentes deste contrato.

10.6. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Ramilândia, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual seu signatário renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Ramilândia/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, sob pena de imediata extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV. Multa:



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

(1) Moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

(3) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do Art. 131 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e decreto nº 8.420/2015 e seus regulamentos e fazer-se cumpri-las.

15.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**Prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**Prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

- c) **“Prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“Prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“Prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.3. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

1. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;
2. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013

15.4. A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país." Art. 4º do Termo de Integridade e Ética competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DO FORO

17.1 Fica eleito o Foro da comarca de Matelândia/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Ramilândia/Pr, xx de xxxxxxxx de 2026

MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA

EDSON DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CPF xxxxxxxxxxxxxx

CONTRATADA

REPRESENTANTE

CPF xxxxxxxxxxxxxx



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À

Prefeitura Municipal de Ramilândia/Pr
Referente: Pregão Eletrônico nº 34/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E COLARINHOS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA.

A empresa....., inscrita no CNPJ nº, vem pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR**, sob pena da Lei, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

a) Declara, para todos os fins legais, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, assumindo inteira responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e pela autenticidade dos documentos apresentados.

b) Declara que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, não se encontra sob efeito de sanção de suspensão temporária, impedimento ou declaração de inidoneidade, em âmbito federal, estadual ou municipal.

c) Declara que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não empregando menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

d) Declara que não possui, em sua cadeia de participação ou administração, prática de atos lesivos à Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se a atuar de forma ética, íntegra e em conformidade com a legislação vigente.

e) Declara que conhece e aceita integralmente as condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e demais anexos, comprometendo-se a cumprir todas as exigências técnicas, operacionais e contratuais relativas ao fornecimento dos produtos.

f) Declara que está ciente de que a falsidade nas declarações prestadas poderá ensejar sanções administrativas, civis e penais, nos termos da legislação vigente.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2026.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
CPF e RG do responsável

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME); OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

À
Prefeitura Municipal de Ramilândia/Pr
Referente: Pregão Eletrônico nº 34/2026.

Ilma. Sra. Pregoeira, do Município de Ramilândia – Pr.

Declaro sob as penas da lei, para os devidos fins e a quem interessar possa que a empresa,..... estabelecida na Bairro....., na cidade de....., nos termos da Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, se enquadra na condição de:

- Microempresa (ME);
 Empresa de Pequeno Porte (EPP);
 Outras.

Cidade/data

**Nome e Assinatura do Contador da Empresa
CRC:**

OBS:

- 1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.
- 2) Deverá ser apresentada juntamente com esta Declaração, **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial** do respectivo Estado ou documento substitutivo idôneo emitido por entidade/órgão público idôneo capaz de comprovar de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 3) Esta declaração, assim como a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou documento substitutivo e balanço patrimonial e DRE, deverão ser entregues aa pregoeira e Equipe de Apoio, durante o credenciamento, exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

ANEXO VI

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

À

Prefeitura Municipal de Ramilândia/Pr
Referente: Pregão Eletrônico nº 34/2026.

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social da proponente _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP: _____

Cidade _____, Estado _____

CNPJ nº _____

Inscrição Estadual nº _____

Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº _____

Nº do telefone _____

E-mail _____

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome do representante legal autorizado para assinatura do contrato _____

Função do representante legal _____

Endereço do representante legal _____

RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF nº _____

XXXXX, XX de XXXXX de 2026.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

ANEXO VII

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A HABILITAÇÃO

As documentações necessárias para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

AVISO IMPORTANTE: Art. 63. Inciso II da Lei 14.133/2021, na fase de habilitação será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira Municipal.

1. PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

Obs.: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.5.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

3. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de **90 (noventa) dias** contados da data da sua emissão).

4. PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, contendo CNPJ da empresa, nome legível, telefone para contato, assinada e carimbada, comprovando que o licitante executou ou executa serviços compatíveis ao objeto contratual.

4.2. Apresentação de catálogo técnico, folder ou ficha técnica do produto ofertado, emitido pelo fabricante ou distribuidor autorizado, contendo informações detalhadas que permitam a verificação das especificações exigidas no Termo de Referência, tais como medida, índice de carga, índice de velocidade, tipo de construção, modelo e demais características técnicas;

4.3. Comprovação de certificação do INMETRO vigente para os pneus ofertados, devendo constar na relação oficial de produtos certificados, em conformidade com a legislação aplicável;

4.4. Quando aplicável, apresentação de comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, nos termos da legislação ambiental vigente, especialmente para fabricantes e importadores de pneus;

4.5. No caso de revendedores, a documentação prevista no item anterior poderá ser apresentada em nome do fabricante ou importador responsável pelo produto;

4.6. Os pneus ofertados deverão possuir data de fabricação não superior a 12 (doze) meses no momento da entrega, garantindo condições adequadas de desempenho, segurança e vida útil do produto.

5. DECLARAÇÕES



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

5.1. DECLARAÇÕES UNIFICADAS (conforme Anexo IV do Edital): O licitante deverá apresentar também, para fins habilitatórios, o documento Declarações Unificadas, que contém:

- a) Declara, para todos os fins legais, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, assumindo inteira responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e pela autenticidade dos documentos apresentados.
- b) Declara que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, não se encontra sob efeito de sanção de suspensão temporária, impedimento ou declaração de inidoneidade, em âmbito federal, estadual ou municipal.
- c) Declara que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não empregando menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- d) Declara que não possui, em sua cadeia de participação ou administração, prática de atos lesivos à Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se a atuar de forma ética, íntegra e em conformidade com a legislação vigente.
- e) Declara que conhece e aceita integralmente as condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e demais anexos, comprometendo-se a cumprir todas as exigências técnicas, operacionais e contratuais relativas ao fornecimento dos produtos.
- f) Declara que está ciente de que a falsidade nas declarações prestadas poderá ensejar sanções administrativas, civis e penais, nos termos da legislação vigente;

5.2. Declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser um ME ou EPP) (anexo V do edital).

5.3. Declaração contendo informações para fins de assinatura da ata de registro de preços/contrato (anexo VI do edital).

5.4. A falsidade das declarações tratadas neste item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

5.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

5.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

5.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais em plataformas ou cadastros (PNCP, SICAF, BLL) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5.12. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no máximo, 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro.

5.13. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

5.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

5.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

5.16. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

5.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.